

OBJETOS DE APRENDIZAGEM RELACIONADOS À APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA PRECONIZADOS NA BNCC

Leila Nascimento da Silva¹

Érica Raiane de Santana Galvão²

Eixo temático: 1 Alfabetização e políticas públicas

Resumo: A versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada em dezembro de 2017, e visa orientar a construção dos currículos das escolas brasileiras. Ela suscita diversas contestações de especialistas, das mais variadas correntes de pensamento. Diversos estudiosos têm debatido sobre os avanços e retrocessos presentes no documento. Nos inquietamos para realizar uma pesquisa sobre o que está sendo preconizado sobre a escrita alfabética na BNCC. Tencionamos responder quais os objetos de aprendizagem são indicados no documento em relação à apropriação do sistema de escrita e, para tanto, realizamos recortes da BNCC que têm relação com o nosso objeto de estudo. Os resultados apontam que, apesar do discurso da BNCC aparentar convergir para os estudos atuais da área de alfabetização, há diversos aspectos contraditórios subjacentes no documento. Os quadros com os objetos de aprendizagens contidos na BNCC apregoam um trabalho no ensino da Língua Portuguesa mais centrado nos aspectos linguísticos, afastando-se, em muitos trechos, dos sentidos da leitura e escrita, e deixando de fazer a necessária articulação entre alfabetização e letramento. Ademais, a BNCC resume o processo de alfabetização a codificar e decodificar, representando assim um sério retrocesso em relação a concepção ampla de alfabetização defendida pelos estudiosos da área, nas últimas décadas.

Palavras-chave: BNCC; Apropriação do Sistema de Escrita; Objetos de aprendizagem.

1 Introdução

As concepções sobre o ensino de Língua Portuguesa passaram por muitas modificações, desde os métodos tradicionais até as concepções com caráter mais construtivistas. Estas diferentes concepções influenciaram (e vem influenciando) diretamente a construção de várias propostas curriculares brasileiras.

Vários teóricos se dedicaram a estudar mais de perto as tensões existentes nessa área, buscando perceber quais seriam as tendências curriculares. Dentre estes, podemos citar Dolz e Schneuwly (2004), que relacionam a organização curricular às concepções de aprendizagem, ou seja, eles apontam que subjacentes às propostas curriculares estão

¹ Doutora em Educação (UFPE). Professora Adjunta da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape). Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem e Formação Docente (LINFOR). Contato: leila.nascimento@ufape.edu.br

² Graduada em Pedagogia (UFRPE/UAG). Mestranda em Educação pela UFAL. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didáticas da Leitura, da Literatura e da Escrita (GELLITE). Contato: ericaraiane7@gmail.com

pressupostos relativos ao modo como as pessoas aprendem a língua.

Algumas propostas curriculares têm pressupostos objetivistas reducionistas, que parecem não considerar os processos de desenvolvimento humano. Outras propostas têm pressupostos interacionistas. No cerne dessas perspectivas, porém, há aquelas que centram na ideia de que o indivíduo aprende na interação com o objeto de conhecimento, mas dão pouca ênfase na dimensão cultural; e há outras que além de enfatizar essa relação do indivíduo com o objeto do saber, compreendem que as pessoas se apropriam de instrumentos culturais e se constituem na e pela linguagem.

A versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada e homologada em dezembro de 2017 e ela visa orientar a construção dos currículos das escolas brasileiras. O documento suscita diversas contestações de especialistas das mais variadas áreas de conhecimento. Bittencourt (2017), por exemplo, aponta que na versão final, a denominação “objetivos de aprendizagem” foi mudada para “habilidades”, numa perspectiva curricular bastante pragmática, na qual os objetos de conhecimento estudados devem ser apresentados como resultado por meio das habilidades.

No que tange à área de alfabetização da BNCC, alguns estudiosos (BORTOLANZA; GOULART; CABRAL, 2018; ZEN, 2018; AZEVEDO; DAMACENO, 2017; MORAIS, 2020; entre outros) têm debatido sobre os retrocessos presentes no documento. Nos inquietamos para realizar uma pesquisa sobre o que está preconizado e o que permeia os objetos de aprendizagem relacionados à apropriação do sistema de escrita alfabética (doravante SEA) na BNCC. A pesquisa poderá contribuir para que outras pessoas envolvidas na Educação possam ter mais acesso a uma análise desse documento.

Para atender as intenções investigativas, foi realizada uma pesquisa documental (PÁDUA, 1997), uma vez que nos debruçamos a estudar a área de Língua Portuguesa da BNCC, no que tange à apropriação do SEA. Como aporte metodológico, adotamos a análise de conteúdo, intencionando, a partir de Bardin (2011), expandir a compreensão e interpretação, elaborando inferências a partir dos dados coletados.

2 Apontamentos sobre a BNCC: debates e tensões

A ANPED (2015) elencou nove motivos que justificam o posicionamento contrário à BNCC, dentre eles: riscos à democracia, devido ao caráter homogeneizador da proposta; desqualificação do trabalho docente; lógica conteudista da proposta. A Associação lançou em seu portal uma campanha, em oposição à BNCC, que foi denominada de “Aqui já tem Currículo”, destacando que os professores já praticam currículos de variadas maneiras e com conteúdos plurais que não foram ouvidos. São elementos presentes na crítica à metodologia

da elaboração do documento que privilegia especialistas e subalterniza o diálogo com as comunidades escolares quanto suas evidentes implicações nos processos de avaliação, de ensino e aprendizagem, na homogeneização das matrizes curriculares, na formação de professores e autonomia das escolas que se fragilizam com a lógica de centralização que a BNCC instaura na educação escolar.

Santos e Pereira (2016) argumentam que a BNCC é uma tentativa de padronização de currículo e a criticam por isto, destacando que tais tentativas, dentro de um trabalho crescente de controle sobre o trabalho docente, relacionam-se ao ideário produzido no campo empresarial, com visão apenas para a produtividade e eficiência, sem levar em consideração a autonomia dos professores e os ritmos de aprendizagem dos estudantes.

Alguns estudiosos (SANTOS; PEREIRA, 2016; TARGINO, 2018; MACEDO; FRANGUELLA, 2016; entre outros) também ressaltam que padronizar o currículo é negar as diferenças e desprezar as diversidades culturais de nosso país. Além disso, também se mostraram preocupados com a restrição da autonomia docente. Por fim, sinalizam que na visão deles, não é necessário um novo documento oficial sobre currículo, pois o Brasil já possui outros documentos oficiais com a função de orientar os currículos das escolas.

No que tange à área de alfabetização, as análises relatadas por Morais (2020, p. 12) revelam que “a BNCC, imposta sem debate em 2017, no que propõe para a alfabetização e para o letramento nos dois anos iniciais do ensino fundamental é um documento com problemas conceituais, com lacunas e evidentes inadequações”.

A concepção de alfabetização adotada na BNCC representa um sério retrocesso em relação aos avanços obtidos por décadas de estudos na área de alfabetização. A ausência de orientações específicas no documento provocam diversas lacunas no mesmo. Apesar de alguns dos princípios do SEA aparecerem no documento, sentimos falta de muitas discussões importantes, entre elas, a teoria da Psicogênese da escrita, que tantas contribuições trouxe para a atual concepção de alfabetização no Brasil, mas que não chega se quer a ser mencionada no documento. Essa ausência significa uma desconsideração sobre o caráter evolutivo das aprendizagens sobre a língua, vivenciadas pelas crianças. Enfim, diversos conceitos e orientações carecem de maior espaço e aprofundamento na BNCC (GALVÃO, 2019).

3 Resultados e Discussão

As análises dos objetos de aprendizagem preconizados na BNCC nos permitiram encontrar algumas lacunas e dificuldades de compreensão do texto da BNCC. Estas se referem basicamente a duas questões: 1) problemas na relação objeto de conhecimento e

habilidades; 2) uso de expressões/conceitos empregados, sem um esclarecimento ou até expostas de forma equivocada. Nesse artigo, nossa intenção é discutir de forma mais detalhada nossa primeira questão.

3.1 Análise dos objetos de aprendizagem preconizados na BNCC

Na relação objeto de conhecimento e habilidades, de um modo geral, percebemos que as orientações sobre os objetos e habilidades descritas nos quadros não estão colocadas de modo claro e muitas vezes estão diluídas ao longo do texto do documento. O fato das orientações didáticas estarem soltas ao longo do texto faz com que o leitor tenha um longo trabalho para encontrá-las.

Percebemos algumas falhas de ordem didática nos quadros. Traremos alguns exemplos a seguir:

Exemplo 1

Eixo de Leitura	Objeto de Conhecimento	Habilidades
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Decodificação/Fluência de leitura	(EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.

Fonte: Adaptado da Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 98-99).

No exemplo acima, podemos constatar uma falha na relação objeto de conhecimento e habilidades. O objeto de conhecimento no quadro acima é a fluência de leitura, no entanto, para o estudante ter essa fluência é necessário que ele tenha a consolidação das relações letra-som. Entendemos, portanto, que o objeto de conhecimento são as correspondências grafofônicas, que vão permitir que o aluno leia com desenvoltura. Isso, no entanto, não está evidenciado no documento. Além disso, nos parece que a fluência leitora é uma habilidade, pois se refere a uma ação – conseguir ler (no sentido de decodificar) com rapidez.

Um outro exemplo se refere ao objeto de conhecimento “Construção do sistema alfabético e da ortografia”:

Exemplo 2

Eixo de análise linguística	Objeto de Conhecimento	Habilidades
Análise linguística/semiótica	Construção do sistema	(EF01LP09) Comparar

(Alfabetização)	alfabético e da ortografia	palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais. (EF01LP13) Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas mediais e finais.
-----------------	----------------------------	--

Fonte: Adaptado da Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 100-101).

Em diversas partes do quadro do eixo de análise linguística, o termo “Construção do sistema alfabético” aparece como objeto de conhecimento. Morais (2020) já nos chamava a atenção para o uso do termo “construção” que comumente aparece no documento ao lado de expressões de caráter associacionista como “mecânica escrita/leitura”, “codificar” e “decodificar”. Salientamos que, ao nosso entender, a construção do sistema de escrita é um grande objetivo, dentro do processo de alfabetização, e para se chegar a esse objetivo, outros menores precisam ser apropriados, tais como a compreensão das várias propriedades do SEA (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999; MORAIS, 2012). No entanto, na BNCC não se menciona em momento algum a compreensão do SEA, o que sugere que realmente a visão defendida no documento não é genuinamente construtivista (MORAIS, 2020).

Acreditamos que, no exemplo 2, um objeto de conhecimento que se adequaria melhor seria a consciência fonológica (CF), pois as habilidades descritas se referem a uma das sub-habilidades da consciência fonológica: a consciência de rimas e aliterações. Vale ressaltar que poucas habilidades de CF são mencionadas no documento. Quando elas são citadas, o objeto de conhecimento apontado é justamente a “Construção do sistema alfabético e da ortografia”, e isso se repete em outras partes dos quadros. Ou seja, não há uma menção à CF como objeto de conhecimento a ser apropriado.

No exemplo abaixo, é possível verificar novamente essa nossa percepção, pois algumas sub-habilidades referentes à CF aparecem apenas na coluna das habilidades, mas nada é dito sobre a Consciência Fonológica na coluna dos objetos:

Exemplo 3

Eixo de análise linguística	Objeto de Conhecimento	Habilidades
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF01LP06) Segmentar oralmente palavras em sílabas. (EF02LP02) Segmentar palavras em sílabas e

		<p>remover e substituir sílabas iniciais, mediais ou finais para criar novas palavras.</p> <p>(EF01LP07) Identificar fonemas e sua representação por letras.</p> <p>(EF01LP08) Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita.</p>
--	--	---

Fonte: Adaptado da Base Nacional Comum (2017, p. 99-101).

Morais (2020) alertou para o tratamento dado à consciência fonológica na BNCC, que segundo ele seria frágil, escasso e problemático. Os dados que mostramos mais acima só fazem ratificar esse posição do autor. Ele esclarece ainda que os poucos trechos do documento em que se menciona o termo CF,

parecem sugerir que a consciência fonológica bastaria para um aprendiz 'conhecer a mecânica das relações entre fonemas e grafemas', o que reforça a interpretação que fizemos, no início desta seção, de que a concepção de aprendizado da notação alfabética assumiria uma perspectiva associacionista (e não construtivista). (MORAIS, 2020, p. 09)

No transcorrer da nossa análise, percebemos diversas lacunas presentes na BNCC, como é o caso da consciência fonológica. Além disso, identificamos problemas com o uso de expressões/conceitos empregados sem um esclarecimento ou até de forma equivocada, ao longo da apresentação dos objetos. Vejamos um desses casos:

Exemplo 4

Eixo de Leitura	Objeto de Conhecimento	Habilidades
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Protocolos de leitura	(EF01LP01) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página.

Fonte: Adaptado da Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 98-99).

Uma primeira dificuldade que o professor terá é para compreender o que seja protocolo de leitura já que não se tem uma explicação ao longo do documento. O termo "protocolo de leitura" nos parece confuso. Entendemos por protocolo de leitura o meio pelo qual o aluno vai desenvolver o que está descrito na habilidade EF01LP01. Consideramos assim que ele não

seria o objeto de conhecimento, mas a atividade que o professor precisaria fazer para que o estudante perceba o sentido da leitura.

4 Considerações finais

Por meio do que foi aludido neste artigo, foi possível perceber que apesar do discurso da BNCC convergir em alguns momentos com os estudos mais recentes da área de alfabetização por mencionar, mesmo que de modo superficial, a apropriação do sistema de escrita, a consciência fonológica e o letramento, há diversos aspectos contraditórios presentes nela. Ao analisarmos minuciosamente os objetos de aprendizagem propostos no documento, percebemos que essa aproximação com os novos estudos não se efetua. Os objetos de aprendizagem parecem indicar uma ideia de alfabetização, na qual se deve ensinar as crianças a decodificar e codificar a língua e só depois as envolvê-las em práticas de leitura e escrita. Identificamos equívocos, ausências e limitações na relação objeto de conhecimento x habilidades.

Consideramos ser fundamental que as propostas curriculares sejam mais esclarecedoras em relação ao processo de ensino-aprendizagem e que sejam frutos de um diálogo com os educadores e com os resultados dos estudos da área de Alfabetização, amplamente divulgados pelo país. Acreditamos ser necessário que os professores recorram a outras fontes de consulta e orientação. Nesse sentido, a escola, em seu coletivo, precisa estar atenta a essas lacunas e elaborar estratégias conjuntas para definir aspectos deixados em branco ou contraditórios no documento.

REFERÊNCIAS

- ANPED/Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação. **A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2019. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.
- AZEVEDO, I. C. M.; DAMACENO, T. M. S. S. Desafios da BNCC em torno do ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica. **Revista de Estudos de Cultura**, Sergipe, n. 7, jan./abr. 2017, p. 83-92.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BITTENCOURT, J. **A base nacional comum curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas**. In: XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 2017, Curitiba. Anais do XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), Curitiba, 2017, p. 553-569.
- BORTOLANZA, A. M. E.; GOULART, I. C. V.; CABRAL, G. R. Diferentes perspectivas de alfabetização a partir da Base Nacional Comum Curricular: concepções e desafios. **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, v. 25, n. Especial, p. 958-983, 2018.

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (versão final). 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Tradução: LICHTENSTEIN, D. M.; MARCO, L.; CORSO, M. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- GALVÃO, E. R. S. **Um estudo sobre a BNCC no que tange ao processo de apropriação do sistema de escrita: concepção, objetivos de ensino e objetos de aprendizagem**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Garanhuns, 2019.
- MACEDO, E.; FRANGUELLA, R. C. P. Políticas de currículo ou base nacional comum: debates e tensões. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.02, p. 13-17, abr./jun. 2016.
- MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.
- MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.
- MORAIS, A. G. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, nº Especial, 2020, p. 1-16.
- PÁDUA, E. M. M. de. **O processo de pesquisa**. PÁDUA, E. M. M. de. *In*: Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 29-89.
- SANTOS, L. L.; PEREIRA, J. M. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, set./dez., 2016.
- SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- TARGINO, G. M. N. Base Nacional Comum Curricular: entre disputas de narrativas. *In*: III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem/ III Encontro dos Programas de Mestrado Profissionais em Educação e Letras e XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul, 2018, Campo Grande. **Anais da III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem/ III Encontro dos Programas de Mestrado Profissionais em Educação e Letras e XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande: 2018, p. 1 – 11. Disponível em: <http://anaisonline.uems.br/index.php/jornadaeducacao/article/view/4899/4925>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ZEN, G. C. Reflexões sobre a concepção de alfabetização proposta pela BNCC. **Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos**, Salvador, v. 6, 2018, p. 212-222